

## FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS E IMÓVEIS: bases históricas e atuais

Dra. Lila Maria Spadoni<sup>1</sup>,  
Dr. Rildo Mourão Ferreira<sup>2</sup>,  
Rivaldo Jesus Rodrigues<sup>3</sup>.  
Emilianne El Aro Pimenta<sup>4</sup>,  
Evellyn Lessa<sup>5</sup>,  
Gabriel de Assis<sup>6</sup>,  
Hugo Cesar P. Araújo<sup>7</sup>.

As Constituições Modernas dos Estados Democráticos de Direito, baseadas no preceito fundamental da Dignidade da Pessoa Humana (art. 1º, III, CF Brasileira), garantem o direito a moradia digna (proteção e amparo familiar), e a liberdade de locomoção (ir e vir) ao preceituar: art. 5, XV, CF “[...] é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens” e art. 5, XI, CF “[...] a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA, 1988).

Ao se fazer uma fundamentação histórica acerca das mudanças ocorridas nas teorias econômicas, sobretudo no aspecto do acúmulo de capital e aplicação do mesmo, buscou-se acompanhar as modificações nas estruturas sociais e hábitos dos cidadãos, para se entender o que de fato motiva, nesse caso o cidadão brasileiro da atualidade, a busca frenética e incessante para se adquirir o tão sonhado bem móvel (automóvel, motocicleta) e o imóvel (residência familiar), mesmo que isto custe arcar com os abusos encontrados nos contratos firmados (*pacta sunt servanda*) entre o cidadão comum e as financeiras através dos financiamentos a curto, médio e longo prazo que tem comprometido boa parte ou todo o orçamento doméstico-familiar da maioria da população brasileira.

---

<sup>1</sup> Professora da Unievangélica.

<sup>2</sup> Co-orientador, Professor Doutor do Curso de Direito da Unievangélica.

<sup>3</sup> Co-orientador, Professor Especialista do Curso de Direito da Unievangélica.

<sup>4</sup> Acadêmico do Curso de Direito da Unievangélica.

<sup>5</sup> Acadêmico do Curso de Direito da Unievangélica.

<sup>6</sup> Acadêmico do Curso de Direito da Unievangélica.

<sup>7</sup> Acadêmico do Curso de Direito da Unievangélica.

Várias são as oportunidades oferecidas para consumo, muitas delas com apelos de propagandas abusivas, recheadas por mensagens subliminares ou explícitas, em que é passada-empurrada a necessidade em se adquirir aquele bem, sob a pena de uma pressão social caso não se atenda a este forte apelo comercial.

Não obstante a este ataque constante e quase sempre ilegal dos marketings comerciais, vem ainda incluído o crédito facilitado e com juros baixos que dão a “errônea” impressão de que vão facilitar a vida do cidadão, mas que lotam os órgãos que atuam na proteção e defesa do consumidor com mais e mais ações revisionais e recessivas de contratos.

Porém, não era esta a realidade encontrada nos primórdios dos tempos modernos, cujas oportunidades de investir o capital quase não existiam e praticamente, só havia troca de mercadorias, pois a maioria dos bens, dos quais se precisava para viver, era obtida nos feudos: “[...] autossuficientes em quase tudo, fabricavam o que necessitavam e consumiam os seus produtos, o pouco que se comprava era basicamente sal e algum ferro.” (HUBERMAN, 1986, p. 181).

A necessidade de se locomover e adquirir moradia também não era a preocupação mais constante, pois como a maioria da população era composta por camponeses, servos e escravos que gozavam de abrigo e proteção de seus senhores em seus feudos, que em troca ofereciam seu trabalho para os mesmos nos campos, na agricultura e pastoreio, nas residências, serviços domésticos, culinários, e como artesãos na confecção de roupas, calçados e utensílios variados (TRINDADE, *online*).

Esta forma econômica só veio a sofrer significativas transformações à medida que os avanços mercantis, comerciais e industriais foram afastando os homens dos campos e cujo ápice veio com a formação da classe trabalhadora, sem propriedades. O acúmulo de capital formou a burguesia capitalista, tão essencial ao capitalismo industrial, que dentre outras coisas, passou a questionar os abusos praticados pelos nobres, dando início às diversas revoluções capitalistas tendo como marco a Revolução Francesa, referência para o surgimento do Estado Moderno e toda sua nova concepção de cidadania, Estado soberano, propriedade privada; todas essas transformações na história da humanidade levaram à Declaração de Direitos Humanos, contida nas diversas Constituições que se seguiram, com o fito de garantir o direito à vida digna, livre, igual, fraterna e segura.

O comércio já era altamente desenvolvido e as relações entre os produtores, comerciantes e consumidores foram se estabelecendo e regularizando até que se chegou à industrialização dos meios de produção, que após a Revolução Industrial, impulsionada, sobretudo pela Inglaterra, França e EUA, trouxe mudanças significativas aos tipos de relações existentes entre produtores e consumidores. No tocante às relações de confiança, que aos poucos desapareceram devido à crescente exploração financeira exercida pelos detentores da produção sobre os consumidores a que eram destinados tal produção que na grande maioria eram os empregados, achatados e oprimidos por grandes cargas horárias de trabalho, nenhuma segurança e proteção nos ambientes laborais a que eram submetidos e nenhuma garantia futura (HUBERMAN, 1986).

O tempo foi passando, revoltas e reivindicações contra os abusos e opressões exercidos pelos detentores do poder econômico foram acontecendo e a oportunidade de uma vida digna foi sendo associada à capacidade de adquirir bens. O poder se encontrava nas mãos dos diversos banqueiros que surgiram nos primórdios da revolução industrial e que, para manter a carga de suas enormes fortunas, impulsionaram, a todo custo, os empréstimos e financiamentos utilizando-se do dinheiro de terceiros que poupavam (passivos) e os tornavam “ativos” cobradores de juros e multas altíssimos, o que levou às pessoas, na tentativa desesperada de possuírem um meio de transporte mais digno – financiado - que os levassem de sua residência - também financiada, comprassem carros, sem ter ao certo o capital “em mãos” – fato que acabou por comprometer sobremaneira a renda de muitos que passaram a perder sua dignidade, sua força e seu talento para sobreviver, diante das dívidas descontroladas e acumuladas.

Para além de qualquer dúvida razoável, o recente “tsunami financeiro” demonstrou a milhões de indivíduos – convencidos, pela miragem da “prosperidade agora e sempre”, de que os mercados e bancos capitalistas eram os métodos incontestáveis para a solução dos problemas – que o capitalismo se destaca por criar problemas, e não por solucioná-los (BAUMAN, 2010).

É, portanto, este o ponto chave a ser tratado nesta pesquisa: quantos, como e quais, são as pessoas humanas que se enquadram na estatística de pessoas superendividadas e desprovidas de sua “vida digna” quando perdem seu poder aquisitivo de, ao menos, se manter no mesmo padrão de vida social que possuíam antes do superendividamento advindo de algum financiamento bancário mal calculado de bem móvel ou imóvel.

### **Referências Bibliográficas**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

HUBERMAN, Leo. **História Da Riqueza Do Homem**. Ed Guanabara, 1986.

TRINDADE, José Damião de Lima. **Anotações Sobre a História Social dos Direitos Humanos**, *online*. Disponível em:

<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/direitos/tratado1.htm> -

acesso em 20 de outubro de 2012